

Anistia a empréstimo é negociada

O Governo vai negociar com o setor político as propostas de anistia fiscal porque já apurou que sem isso sofrerá uma importante derrota no plenário da Constituinte que poderá resultar no crash, ou seja, quebra dos bancos oficiais, estaduais e até de alguns pequenos privados. A idéia é examinar cada caso sob dois perfis: que o empréstimo tenha sido corretamente aplicado e a comprovada incapacidade, por valores e bens de pagamento. Seria mais ou menos nos moldes da emenda Humberto Souto, mas não há possibilidade de acatar a anistia generalizada para os micros, pequenos e médios empresários, como sugeriu o senador Mansueto de Lavor.

Cada caso deverá ser analisado individualmente e o Governo vai estabelecer tetos globais do que poderia dispensar com esta anistia, sem deixar de lado ainda a questão jurídica, pois muitos dos que já pagaram suas dívidas ou contraíram empréstimos poderão reivindicar a isonomia. Isso chegou a ser colocado de leve pelo ministro Majlson da Nóbrega durante a tensa reunião que fez ontem com 17 constituintes, além do almoço com os líderes do Governo e do PFL na Câmara e Senado.

A primeira divergência surgiu da conversa do ministro com os deputados diz respeito aos números do que representaria essa anistia. Majlson falou em dez milhões de dólares, sendo contestado duramente pelo senador Mansueto de Lavor e o deputado Humberto Souto, para quem não passaria de Cz\$ 180 milhões. Com os líderes, fez uma exposição mais serena e pôde demonstrar que seus valores não são incorretos.

Majlson foi realista, ao admitir que tem que negociar — advertido inclusive pelos líderes — porque senão ninguém segurará o plenário e as consequências depois serão imprevisíveis. É por isso que deseja participar tecnicamente das conversas com os defensores da anistia, com o que, acha, evitaria o crash.

ALTERNATIVAS

As conversas serão no sentido de buscar formas alternativas e de absorção na relação dos gastos públicos, mas uma coisa desde logo está na pauta da luta: não é possível cancelar genericamente as dívidas contraídas entre 28 de fevereiro e 29 de dezembro de 1986 (vigência do Plano Cruzado). O primeiro passo do Ministério da Fazenda será apurar corretamente os números envolvidos na anistia.

Todos os participantes do encontro com o ministro Majlson foram unânimes em reconhecer que, se não houve grosseria, foi uma reunião dura, principalmente quando ele falou em números — histericamente, segundo Humberto Souto, para quem a intenção era de “plantar o terrorismo”. O deputado acha que pode contestar os números do Ministério da Fazenda porque neste país não existe estatística confiável e ele se sente à vontade para assumir uma posição contundente porque tem o respaldo do plenário da Constituinte para aprovar, pelo menos, uma fusão de emendas.

A queixa dos parlamentares é que o ministro Majlson da Nóbrega tratou os deputados como se fosse os banqueiros internacionais e os seus interlocutores o Brasil. Como definiu Humberto Souto, “era o caixa que quer receber”.